

Cemig inspeciona mais de 177 mil clientes em Minas Gerais no primeiro semestre de 2025

Qua 23 julho

Para reduzir o impacto financeiro da tarifa dos clientes regulares, a [Cemig](#) vem realizando milhares de inspeções em instalações em sua área de concessão.

Somente nos seis primeiros meses de 2025, os técnicos da companhia vistoriaram mais de 177 mil unidades consumidoras, cujas inspeções procedentes (quando é detectada irregularidade ou condição suspeita que gera análise laboratorial do equipamento) representam mais de R\$ 216 milhões, somando o resultado em todas as regiões de Minas Gerais.

Na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), no primeiro semestre deste ano, a Cemig vistoriou mais de 92 mil unidades consumidoras, sendo que as inspeções procedentes representam aproximadamente R\$ 100 milhões. O montante estimado pela Cemig representa o consumo irregular retroativo (que pode chegar a 36 meses) mais o incremento de receita em 12 meses após as inspeções feitas pelos técnicos da companhia.

A Cemig tem promovido mutirões de inspeções em todas as regiões do estado, normalizando as medições que se encontram em situação irregular ou com suspeita de fraudes. Medidores com alguma deficiência ou característica de manipulação indevida são levados para o laboratório da companhia para aferição e análise técnica.

“Os principais objetivos das regularizações são minimizar o prejuízo compartilhado entre os consumidores regulares e a Cemig, além de conscientizar a população sobre o furto de energia e seus impactos para toda a sociedade. O foco está na intensificação da detecção e regularização de unidades consumidoras com perdas na medição de energia, na recuperação do montante faturado a menos e, em alguns casos, com o apoio da polícia, na condução dos responsáveis à delegacia”, explica o supervisor de Relacionamento com Clientes da Cemig, Alexandre Ribeiro.

Serviço de inteligência

Importante destacar que a Cemig, por meio do Centro Integrado de Medição (CIM), realiza a análise do consumo dos mais de 9 milhões de clientes da companhia e envia equipes especializadas para realização de inspeções.

“Parte do monitoramento é referente a unidades telemedidas livres e cativas de alta, média e baixa tensão, o que representa cerca de 70% do consumo da distribuidora. Esse monitoramento permite identificar de forma mais rápida as possíveis intervenções no sistema de medição”, afirma Alexandre Ribeiro.

Ainda cabe destacar que as ligações irregulares colocam em risco a segurança da população, causando ocorrências na rede elétrica, com consequências graves e até fatais. A prática traz impactos para o sistema elétrico, podendo causar interrupções no fornecimento de energia para clientes regulares, além de incêndios e queima de aparelhos e equipamentos.

Consequências financeiras e criminais

Quando confirmadas as irregularidades, os responsáveis devem ressarcir a companhia em relação ao montante de energia consumida que não havia sido faturada, além de arcar com custos administrativos.

Além disso, as consequências deste tipo de ligação irregular podem ser não apenas financeiras, mas também criminais. "O furto de energia é crime previsto no artigo 155 do Código Penal Brasileiro, com pena de até oito anos de reclusão", comenta. "O responsável ainda pode ser enquadrado no artigo 171, que trata do estelionato", ressalta Alexandre Ribeiro.